# AS ESCOLAS HISTÓRICAS

A reflexão sobre os fundamentos teóricos e metodológicos da ciência que praticam nem sempre é alvo da atenção dos historiadores, que, na maior parte dos casos, centram todas as suas energias nas investigações práticas que realizam ou pretendem vir a realizar.

Obra historiográfica, no sentido em que procura captar os diferentes discursos do método histórico e os diferentes modos de escrita da história, *As Escolas Históricas* fornece uma vasta panorâmica de evolução da ciência histórica desde a alta Idade Média até aos nossos dias, abordando, entre outras, a produção histórica dos cronistas medievais, dos eruditos dos séculos XVI e XVII, dos positivistas, da escola dos «Annales», da Nova História ou dos estruturalistas.

De fácil e cativante leitura, o presente trabalho é indispensável a estudantes, professores e todos aqueles que, de um modo geral, se preocupam com a problemática das ciências humanas e sociais.


Os autores:

**Guy Bourdé** (1942-1982)
Assistente de História, doutorado em Letras, especialista em questões da América Latina.

**Hervé Martin**
Nasceu em Lesneven, Finistère, em 1940. É assistente de História e mestre de conferências de História Medieval na Universidade de Rennes II.



ISBN 972-1-03026-0






158004901


FORUM DA HISTÓRIA · 4

Guy Bourdé
Hervé Martin

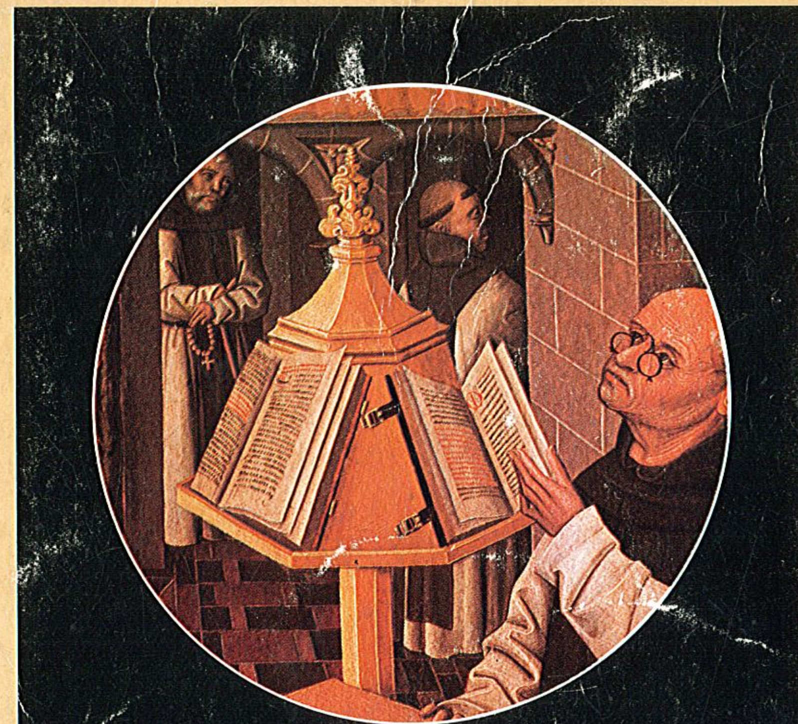
AS ESCOLAS HISTÓRICAS


158004901


FORUM DA HISTÓRIA


Guy Bourdé
Hervé Martin

AS ESCOLAS HISTÓRICAS

FORUM DA HISTÓRIA

PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

Obras publicadas nesta colecção:

1 — *O Domínio Romano em Portugal,*
Jorge de Alarcão
2 — *A Revolução Francesa em Questão: Novas Perspectivas,*
Jacques Solé
3 — *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses,*
Luís de Albuquerque
4 — *As Escolas Históricas,*
Guy Bourdé e Hervé Martin

# AS ESCOLAS HISTÓRICAS



GUY BOURDÉ e HERVÉ MARTIN

# AS ESCOLAS HISTÓRICAS

PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

Título original: *Les Écoles Historiques*

Tradução de Ana Rabaça
Tradução portuguesa © de P. E. A.

Capa: estúdios P. E. A.

© Éditions du Seuil, 1983

Direitos reservados por
Publicações Europa-América, Lda.

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma ou por qualquer processo, electrónico, mecânico ou fotográfico, incluindo fotocópia, xerocópia ou gravação, sem autorização prévia e escrita do editor. Exceptua-se naturalmente a transcrição de textos ou passagens para apresentação ou crítica do livro. Esta excepção não deve de modo nenhum ser interpretada como sendo extensiva à transcrição de textos em recolhas antológicas ou similares donde resulte prejuízo para o interesse pela obra. Os transgressores são passíveis de procedimento judicial.

Editor: Francisco Lyon de Castro

PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA
Apartado 8
2726 MEM MARTINS CODEX
PORTUGAL

Edição n.º: 158004/5071

Execução técnica:
Gráfica Europam, Lda.,
Mira-Sintra — Mem Martins

Depósito legal n.º: 35526/90

# ÍNDICE

Pág.

*Prefácio* ........ 9

Capítulo I — *A história na Idade Média (I): A história cristã* ........ 13

1. *Nascimento da história cristã na alta Idade Média* ........ 13
2. *Uma ausência total de sentido histórico?* ........ 16
3. *A teologia ao serviço da história* ........ 18
4. *Visão da história e sentido comum do tempo* ........ 20
5. *Joinville, cronista e moralista* ........ 22
6. *Os últimos fogos da história cristã: Bossuet* ........ 26
   *Documento: Ermentaire, milagres de São Philibert (depois de 862)* ........ 26

Capítulo II — *A história na Idade Média (II): Os cronistas dos séculos XIV e XV* ........ 28

1. *Froissart, arauto da sociedade cavaleiresca declinante* ........ 28
2. *Os cronistas na dependência dos príncipes (século XV)* ........ 33
3. *Uma percepção diferenciada das realidades políticas e militares* ........ 37
4. *A história, «veículo privilegiado do sentimento nacional»* ........ 38
5. *«Post-Scriptum»* ........ 39
   *Documento* ........ 42
   *Epístola* ........ 42

Capítulo III — *As filosofias da história* ........ 44

1. *Kant e as luzes* ........ 44
2. *Hegel e a dialética* ........ 48
3. *A. Comte e o positivismo* ........ 51
4. *Spengler e o destino orgânico* ........ 54
5. *Toynbee e o ciclo das civilizações* ........ 57

Capítulo IV — *A história erudita de Mabillon a Fustel de Coulanges* ........ 61

1. *Obstáculos ao desenvolvimento de uma história metódica (séculos XVII e XVIII)* ........ 62
2. *Os precursores da atitude crítica (final do século XVII)* ........ 63
3. *O progresso da erudição (final do século XVII e início do século XVIII)* ........ 66
4. *Voltaire e o alargamento das perspectivas históricas* ........ 69
5. *As premissas da instituição histórica (anos 1800–1870)* ........ 74
   *Documentos* ........ 80

Capítulo V — *Michelet e a apreensão «total» do passado* ........ 82

1. *O projecto-testamento de Michelet* ........ 82
2. *Xeque à globalidade* ........ 86
*Documento: Prefácio à história de França, 1869* ........ 93

Capítulo VI — *A escola metódica* ........ 97

1. *«A revista histórica»* ........ 97
2. *O discurso do método* ........ 101
3. *Lavisse e a história de França* ........ 105
4. *Os manuais escolares* ........ 109
5. *A objectividade em história* ........ 112
*Documento: G. Monod: Os Princípios da «Revista Histórica»* ........ 117

Capítulo VII — *A escola dos «Annales»* ........ 119

1. *Febvre e os «Annales»* ........ 119
2. *M. Bloch: O ofício de historiador* ........ 124
3. *F. Braudel: Os tempos da história* ........ 128
4. *As produções históricas* ........ 132

Capítulo VIII — *A história nova, herdeira da escola dos «Annales»* ........ 136

1. *Uma instituição poderosa* ........ 137
2. *O culto dos antepassados* ........ 140
3. *Nem Jesus, nem Mao, nem Toynbee: um pouco de Marx e o mais possível de ciência* ........ 142
4. *As transformações do global* ........ 144
5. *Fazer mel de todas as coisas: a arte da reciclagem e do corte* ........ 148

Capítulo IX — *O marxismo e a história* ........ 153

1. *O materialismo histórico* ........ 154
2. *A sociologia das classes* ........ 159
3. *O conceito de ideologia* ........ 164
4. *A esclerose dogmática* ........ 168
5. *A renovação marxista* ........ 172

Capítulo X — *O estruturalismo e a história* ........ 177

1. *Estruturalismo e História: debates e combates (dos anos 50 aos anos 70)* ........ 178
2. *Ambiguidades e dificuldades persistentes (anos 70)* ........ 184
3. *Michel Foucault pensador da discontinuidade e da relação* ........ 188
4. *As conquistas da história estrutural (análise dos mitos, dos textos e dos rituais)* ........ 193

Capítulo XI — *A dúvida sobre a história* ........ 198

1. *Do «presentismo» optimista de Henri Marrou ao hipercriticismo de Paul Veyne* ........ 199
2. *O assalto conjugado do marxismo, da semiótica e da psicanálise* ........ 205
*Conclusão* ........ 214
*Bibliografia* ........ 217

# PREFÁCIO

Em França, a história ocupa uma posição estratégica na encruzilhada das ciências humanas, e oferece a imagem de uma disciplina que atingiu a idade da maturidade, baseando-se numa sólida tradição. De uma maneira geral, a corporação dos historiadores privilegia uma prática empírica e recusa, com um certo desprezo, a reflexão teórica. Ora, basta ler a recente obra de Marc Ferro: *Comment on raconte l'histoire aux enfants à travers le monde* (1981) para darmos conta de que aqui e além, na África do Sul, no Irão, na União Soviética, nos Estados Unidos, no Japão, em outros países, a ciência histórica subentende um discurso ideológico, mais ou menos consciente. Daí a necessidade imperiosa, para o historiador, de se interrogar sobre as condições, os meios e os limites dos seus conhecimentos. Aliás, desde há alguns anos, determinados profissionais da história entregam-se à dúvida sistemática, caem por vezes no hipercriticismo, como mostram os ensaios, todavia muito diferentes, de Paul Veyne: *Comment on écrit l'histoire* (1971), e de Jean Chesneaux: *Du passé, faisons table rase?* (1976).

As questões de método em história podem ser encaradas sob diversos ângulos. Pode escolher-se uma abordagem filosófica colocando problemas fundamentais: Qual é o objecto da história? É possível, neste domínio, atingir a verdade? Como se sente o passar do tempo? Que ligação se estabelece entre o passado e o presente? A aventura humana tem uma finalidade? Pode preferir-se uma abordagem verdadeiramente epistemológica examinando as relações entre a história e as ciências vizinhas: a geografia, a demografia, a economia, a sociologia, a etnologia, a linguística, a psicanálise, etc. Podemos limitar-nos a melhorar «a ferramenta de trabalho» inventoriando as técnicas auxiliares da história como a arqueologia, a epigrafia, a paleografia, a cartografia, a estatística, e, hoje, a informática. Pode considerar-se o papel social da história apreciando o ensino da disciplina na universidade, no liceu, na escola; avaliando a sua difusão pelos livros e as revistas, pelo cinema, a rádio ou a televisão. Todos estes modos de observação são legítimos e merecem que se lhes consagrem análises aprofundadas.

No presente volume, adoptou-se uma perspectiva antes de tudo historiográfica, entenda-se por isto o exame dos diferentes *discursos do método histórico* e dos diferentes *modos de escrita da história* da alta Idade Média até aos tempos actuais. Apesar de se ter escrito, há alguns anos, que o método da história não conhecera qualquer mudança desde Heródoto e Tucídides, parece-nos pelo contrário que a prática da história e o discurso feito sobre ela evoluíram consideravelmente, para não dizer que se transformaram várias vezes, de Grégoire de Tours até à história nova. Sem o que este livro não

teria aliás sentido! Reconheçamos todavia, para alívio de Paul Veyne, o autor deste dito sarcástico, que os grandes mestres da história erudita do século XIX, Fustel de Coulanges em primeiro lugar, honraram novamente alguns dos princípios expostos por Tucídides nas primeiras páginas da *História da Guerra do Peloponeso.* O historiador, segundo nos diz, deve empenhar-se na procura da verdade e para isso examinar os documentos mais seguros, portanto os mais próximos dos factos relatados, confrontar os testemunhos divergentes, desconfiar dos erros veiculados pela opinião comum... Todos estes preceitos continuam válidos e, a este título, ler e reler Turcídides continua a ser um imperativo para os historiadores actuais. Mas quem, por muito pouco que tenha roçado Fustel de Coulanges ou Langlois e Seignobos, se aventuraria ainda nos nossos dias, como gostava de fazer o historiador grego, a reescrever os discursos dos protagonistas do seu relato emprestando-lhes as palavras que deviam logicamente pronunciar? Quem se arriscaria a relacionar a expedição de Alcibíades à Sicília com belas antilogias e com o confronto de duas ambições contrárias (conquistar — não ser submetido), omitindo deliberadamente a narração de uma parte das operações militares? Quem proclamaria que a história é mãe de sabedoria na medida em que não pode deixar de relacionar sempre os mesmos acontecimentos, seguindo a lei do devir humano? Ninguém, certamente, porque os procedimentos da história mudaram muito desde o seu primeiro enunciado ao pé da Acrópole.

O exame da produção histórica (essencialmente francesa) desde a alta Idade Média revela a nosso ver mais rupturas do que continuidades. Entre as cesuras que nos pareceram mais marcantes, citemos o século XII, a segunda metade do século XV, os anos 1660-1680, 1876-1898, 1930 e sem dúvida também 1970-1975. Nesta última fase de renovação, a antropologia histórica colocou-se como «substituto dilatado» da história, e viram-se engrossar paralelamente as fileiras da *escola da desconfiança,* que submete a uma crítica decapante ao mesmo tempo os procedimentos da história científica e as regras silenciosas que regem o *establishment* universitário. Atribuímos uma importância muito particular a estas duas correntes contemporâneas.

Este estudo dá o flanco a uma censura: continua a estar demasiado centrado na produção hexagonal e participa assim de uma certa miopia muito francesa, apenas temperada por algumas páginas consagradas a filosofias da história estrangeiras (Hegel, Toynbee, Splengler) e por algumas linhas reservadas às críticas oriundas do estrangeiro contra o imperialismo da actual escola histórica francesa. Digamos todavia para nossa desculpa que não temos qualquer pretensão enciclopédica e que procurámos antes de tudo colocar alguns problemas principais da historiografia, através dos casos que nos pareceram mais significativos, evitando fazer duplo emprego com o livro de J. Ehrard e G. Palmade, *L'Histoire* (1964) e com o dicionário de *La Nouvelle Histoire* dirigido por Jacques Le Goff (1978). Quisemos colocar uma obra de acesso fácil à disposição de um público de estudantes e também de todos aqueles que se interessam pela problemática das ciências humanas em geral e pelas trocas interdisciplinares mais particularmente. Se estes poucos capítulos lhes permitirem melhor situar a história actual em relação às antecedentes e corrigir determinados pontos de vista desusados que podem ter sobre ela, terão preenchido plenamente a sua missão.



Rennes, Janeiro de 1983.

*P.S.* Para compor este prefácio, retomei parcialmente um primeiro texto de Guy Bourdé, escrito em Setembro de 1981, menos de um ano antes de falecer. Que se queira ver no presente liminar, escrito por cada um de nós, o sinal de profunda amizade que nos unia e o vestígio de um intercâmbio que a morte interrompeu.

H. M.

proletariado exterior, ou os dois juntos. Assim, do século III ao século V a. C., as revoltas dos Cristãos, dos Bagaudes e outras camadas populares no interior das províncias, e as invasões dos Godos, dos Alanos, dos Vândalos e outros bárbaros que atravessam as fronteiras, adicionaram os seus efeitos para provocarem a queda do Império Romano. Na nossa época, no século XX, o enfraquecimento da Europa Ocidental é atestado pelas sangrias e as destruições das duas grandes guerras e pelos choques das lutas operárias, que anunciam revoluções socialistas, até mesmo comunistas (curiosamente, o autor nada diz sobre as atrozes atitudes fascistas). Em definitivo, Toynbee, como Spengler, constata o recuo da Velha Europa e o aumento da força dos Estados Unidos e da União Soviética.

Como vimos, Spengler publicou *O Declínio do Ocidente* a seguir à derrota do Segundo Reich alemão. Ora, Toynbee redige *A Study of History,* entre o início dos anos 1930 e o final dos anos 1950, na época em que a Grã Bretanha perde o seu império colonial. Não são simples coincidências. Os dois autores tiram das suas próprias experiências a convicção de que «as civilizações são mortais». Contudo, enquanto Spengler mergulha num niilismo fortemente colorido de racismo e de xenofobia, Toynbee não se entrega ao pessimismo e volta–se para o deísmo. No final da sua obra, Toynbee interessa–se pelas religiões universais — o budismo, o islão, o cristianismo — que sobrevivem aos impérios, fazem nascer novas civilizações, permitem aceder a realidades espirituais superiores. Claro que a Igreja na Terra nunca será a transposição perfeita da Cidade de Deus. Mas o objectivo da religião é salvar as almas, não as instituições. Toynbee conclui: «O sentido da história é fazer do mundo uma província do reino de Deus... Os homens não passam de peões, reduzidos à impotência, no jogo que Deus joga neste xadrês dos dias e das noites, que faz mover em todos os sentidos, imobiliza e retira, e que volta a colocar, um a um, na sua casa». *A Study of History,* que se apresenta, à partida, como uma filosofia da história apreendida de maneira empírica, desemboca, no fim do percurso, numa teologia da história, baseada num providencialismo de aspecto arcaico.

## CAPÍTULO IV

## A HISTÓRIA ERUDITA DE MABILLON A FUSTEL DE COULANGES

Os limites fixados para este capítulo têm algo de necessariamente arbitrário, mas os argumentos não faltam para os justificar. Apoiar–nos–emos na autoridade de Marco Bloch que via no ano 1681, marcado pela publicação do *De Re Diplomatica,* de Dom Mabillon, «uma grande data na verdade na história do espírito humano», porque nesta ocasião «a crítica dos documentos de arquivos foi definitivamente fundada.» E saúda o momento em que «a dúvida se torna examinadora» e em que ficámos libertos do velho Boato. Nada nos proibira todavia de remontar mais acima na nossa investigação. A partir do século XVI, uma erudição metódica nasce a par da outra, «confusa e perturbadora». Apoia–se em textos mais seguros, usa dicionários, preocupa–se com a epigrafia e com a numismática, arruina velhas lendas como a da origem Troiana dos Francos. Já se interroga sobre «o ofício de historiador», na pessoa de Jean Bodin, preocupado em remontar factos às suas causas, mais ainda na pessoa de Lancelote de la Popelinière, para quem um simples relato não poderia substituir a *história realizada.* Respeitante ao limite inferior, é a autoridade de Fustel de Coulanges que podemos invocar. Não escrevia ele em 1872: «A história que amamos é essa verdadeira ciência francesa de outrora, essa erudição tão calma, tão simples, tão elevada das nossas bênçãos, da nossa Academia das Inscrições... que semearam, por assim dizer, toda a erudição de hoje»?

Queremos tentar mostrar nas páginas que se seguem que as origens da *escola metódica dos historiadores profissionais,* muitas vezes chamada «positivista», se esclarecem mais se nos virarmos para os eruditos dos anos 1700 do que se nos debruçarmos sobre os escritos de Auguste Comte. Ao segundo, esta escola foi buscar sem dúvida algumas fórmulas; mas herdou dos primeiros os processos da crítica textual e a prática da dúvida metódica no exame dos testemunhos. Não se poderia para mais ignorar um certo parentesco institucional entre os círculos eruditos do século XVIII e as sociedades sábias do século XIX. Resta que, entre 1680 e 1880, houve historiadores tentados por perspectivas mais amplas do que as da erudição silenciosa. Aspiraram a tratar dos costumes e das civilizações em geral. Voltaire é representativo a este respeito: preocupado com a narração exacta como os eruditos, está, enquanto filósofo, aberto a tudo o que é humano. Será preciso dar aqui um lugar àqueles que pressentiram as exigências da história global.

## 1. Obstáculos ao desenvolvimento de uma história metódica (séculos XVII e XVIII)

Alguns destes entraves são *herdados*, como a golilha intelectual constituída pela história providencialista, cujos esquemas de pensamento são tirados dos teólogos medievais, como o funcionamento circular do pensamento simbólico, ainda muito vivo no século XVI: «O mundo enrolava-se sobre si mesmo, e a erva envolvendo nos caules os segredos que serviam ao homem» (M. Foulcault). O saber é assim prisioneiro de «grandes figuras circulares». O esforço do espírito consiste em fazer o «levantamento das assinaturas» colocadas sobre as coisas e proceder à sua «decifração».

Há outros entraves próprios do pensamento clássico, que é pouco favorável à história. «Visa o permanente e universal», ao passo que a história «parece o lugar do contingente e do particular». Compreende-se deste modo que a noção de *Ordem* substitua a de *Similitude* como categoria fundamental do pensamento. Ora, a ordem acomoda-se mal à mudança, lei imperiosa da história. Para mais, as ciências da natureza têm o vento de popa e o seu prestígio serve mal a história, considerada como parente pobre, ciência deposta nos livros, totalmente dependente da memória, segundo Pascal.

Em consequência, a história é anexada pelas belas-letras. Em função deste preconceito literário, procura-se fazer uma obra bela em vez de exacta a minuciosa. A ponto de os historiadores de renome desprezarem a erudição e fazerem pouco caso das peças originais. O género histórico tem assim os seus retóricos, para quem a história não passa «de uma sequência de acontecimentos maravilhosos... dramas de toda a espécie, guerras, rebeliões, revoltas, processos, amores» (P. Hazard); os seus compiladores, à imagem de Rollin, denunciado por Voltaire nas suas *Novas Considerações sobre a História*, em 1744, que plageia diferentes autores para compor a sua *História antiga*, retomando «disparates célebres com que os historiadores antigos regurgitam»: aqueles que põem «a história em pílulas», resumindo a história civil, natural, política, etc., de todos os povos, como o padre Buffier que pretende que só a palavra *Rabismaf* permite lembrar-se da sucessão dos reis de Aragão e das suas conquistas. Outros põem a história da França em verso. Assim, a propósito de Pharamond, fundador suposto do Estado franco em 480 d. C.: «De suceder aos reis as mulheres privou, Pela Sálica Lei, que foi sempre seguida.» Outros compõem nomenclaturas e resumos cronológicos, cheios de datas inexactas e de acontecimentos incertos. Estão sobretudo preocupados em compor *Dissertações para serem lidas* e proclamam, como o abade Goyer em 1755: «A erudição, as investigações espinhosas fatigam-nos, e gostamos mais de correr levemente sobre superfícies do que encerrar-nos pesadamente em profundezas.»

É também um perigo que ameaça a história, a sua subordinação à teologia ou à filosofia. Este preconceito utilitário conduz a esperar da história lições e a confundi-la um pouco com a moral. «É preciso que ela mostre a derrota do vício e o triunfo da virtude, os bons dias recompensados, os maus dias punidos» (P. Hazard). Os filósofos do século XVIII não se libertam desta concepção. Lêem a história com novos preconceitos, antipapistas e anticlericais.

x argola p. prender o pescoço, ao pelourinho



A Idade Média a seu ver é mais um erro a refutar do que um facto histórico a compreender. Segundo Bolingbroke, «a história é a filosofia que nos ensina por exemplos como devemos conduzir-nos em todas as circunstâncias da vida pública e privada» (1751). A subordinação da história à política é igualmente muito visível durante estes dois séculos, quer se trate de defender o absolutismo real ou, pelo contrário, de apoiar as pretensões dos Parlamentares. Os filósofos dirigem prioritariamente a sua mensagem aos príncipes «condenados a nunca verem os homens se não sob a máscara», esperando assim incitá-los a trabalhar para felicidade dos seus povos.

## 2. Os precursores da atitude crítica (final do século XVII)

Marc Bloch apresentou brilhantemente esta «geração que viu o dia cerca do momento em que era publicado o *Discurso do Método*», a de Mabillon e de Spinoza, nascidos em 1632, também a de Le Nain de Tillemont e de Richard Simon, nascidos respectivamente em 1637 e em 1638. Cartesianos? Sem dúvida não exactamente, mas melhor espíritos que a filosofia cartesaina influenciou «por meio de uma espécie de osmose», a ponto de o «pirronismo da história» figurar como moda intelectual entre 1680 e 1690, quando publicaram as suas obras principais. Uma palavra-chave classifica a sua atitude, a de *crítica;* designa essa atitude do espírito que «consiste em não acreditar levianamente e em saber duvidar em várias ocasiões». Esta crítica estende-se a todos os domínios da actividade intelectual; fazendo «tábua rasa do crédito», tentando apoiar-se nas autoridades tradicionais, procura «chegar assim a novas certezas (ou a grandes probabilidades), a partir daí devidamente provadas». Toma como alvo, por exemplo, a tradicional crença no *milagre*, que a razão não pode admitir na medida em que vai contra as leis da natureza. Verifica-se em primeiro lugar o caso dos cometas de 1680-1681, considerados pelos crédulos como presságios enviados do alto. Bayle denuncia aí a sobrevivência de superstições pagãs. Depois é Fontenelle quem ataca o problema dos oráculos e das sibilas em 1686. Estes oráculos, diz ele, procedem da fraude humana e não de uma intervenção divina. São imposturas, tornadas possíveis pela ignorância das multidões. E relata a história do *dente de ouro*, que alguns julgavam dado por Deus a um filho de Silésia para consolar os cristãos atormentados pelos Turcos (em 1593). Afirmar-se-á finalmente que «era uma folha de ouro aplicada ao dente com muito engenho». Fontenelle retira daqui esta regra de conduta, com uma fria ironia: «Certifiquemo-nos bem do facto, antes de nos inquietarmos com a causa».

As Sagradas Escrituras não podiam ser poupadas por esta crítica geral do milagre. Do lado protestante, um professor de Oxford chega a assimilar as Sagradas Escrituras às fábulas do Oriente (em 1695); do lado judeu, Spinoza sugere interpretar a Bíblia como a natureza e interrogar-se sobre «os diversos destinos que puderam sofrer os livros dos Profetas... a vida, os estudos do autor de cada livro»; do lado católico, Mabillon e o abade Fleury ar-

ruinam um certo número de lendas. Mas é sobretudo o membro do oratório Richard Simon que opera a *ruptura crítica:* «Aqueles que fazem profissão de críticos não devem parar a não ser para explicar o sentido literal dos seus autores, e evitar tudo o que é inútil ao seu desígnio» (*História Crítica do Antigo Testamento,* 1678). De origem modesta, Richard Simon entrou para a congregação do Oratório em 1662. Atraído pela erudição, estuda hebreu, mergulha nos livros orientais, vai directamente às fontes. Forte com esta experiência, quer fazer renascer os direitos da crítica. Esta deve em primeiro lugar estabelecer o grau de segurança e de autenticidade dos textos estudados: «Primeiramente, é impossível entender perfeitamente os livros sagrados, a menos que se saibam antes os diferentes estados em que o texto destes livros se encontrou segundo os diferentes tempos e os diferentes lugares.» Em seguida, exclui as considerações estéticas e morais, tal como os *a priori* teológicos, afirmando–se plenamente senhora das suas próprias operações. Finalmente, a crítica apoia–se antes de tudo na filologia, que vê ser–lhe conferido o estatuto de ciência rainha. Esta preocupação de boa compreensão dos textos anuncia a *crítica interna* que será definida pelos mestres do século XIX. Procedendo deste trabalho metódico, respostas muito novas são dadas por Richard Simon ao problema da inspiração divina dos textos sagrados. Apresentam, afirma, vestígios de alterações; a sua cronologia é incompleta e não menciona soberanos assinalados por autores profanos. Se se considerar o caso do Pentateuco, deve reconhecer–se que foi falsamente atribuído a Moisés, porque foi outra pessoa que procedeu à sua escrita. «Dir–se–á, por exemplo, que Moisés é o autor do último capítulo do Deuterónimo, em que a sua morte e a sua sepultura estão descritas?» Do mesmo modo descobre incoerências no relato da Criação. O espírito crítico vence nele o espírito de fé.

Apesar disto, Richard Simon nunca deixará de se considerar como fiel à ortodoxia. De facto, não nega a inspiração dos Livros sagrados e estende–a mesmo àqueles que remanipularam os textos. Nem por isso é menos perseguido pelas autoridades religiosas e civis: expulsão do oratório em 1678; apreensão da sua obra na sequência de um decreto do Conselho do rei; posto no índex em 1683; ataques de Bossuet, etc. Nem por isso deixa de continuar a sua obra, publicando em 1690 uma *História crítica do Texto do Novo Testamento.* A gramática, considera, deve impor–se à teologia para conseguir explicar bem o *Novo Testamento,* depois de ter estabelecido o seu sentido literal. Cada vez mais suspeito junto das autoridades, Richard Simon morre cristamente em 1712. Fixemos sobretudo da sua obra o facto de criticar a tradição, baseada no *sempre se julgou, foi constantemente ensinado,* e de ela afirmar com vigor os deveres e os direitos da crítica, cujos princípios são os mesmos, quer se trate da *Ilíada* ou do *Pentateuco.* Encontra–se uma atitude de espírito próxima em determinados historiadores, mas com menos ousadia.

Na primeira fila destes, Dom Mabillon (1632–1701), beneditino da Congregação de Saint–Maur estabelecida em Saint–Germain–des–Près, a quem se deve as *Acta sanctorum ordinis sancti Benedicti* (nove volumes, 1688–1701) e sobretudo o *De Re diplomatica* (1681), que fundou a ciência da diplomacia fornecendo os meios de distinguir os diplomas autênticos daqueles



que foram forjados totalmente, remanipulados ou interpolados. Eis precisamente uma passagem do *Librorum de re diplomatica supplementum* (Paris, 1704) onde Mabillon trata da interpolação com muita sagacidade:

> Por que meios se faz a interpolação? Há uma grande diferença entre os documentos falsos e os documentos interpolados *(interpolare = alterar, falsificar).* Nada pode, com efeito, desculpar as falsificações, mas a interpolação é a maioria das vezes desculpável. Pode produzir–se por adjunção, por mudança ou por erro. Vejamos o caso daqueles que reuniam as cartas autênticas de uma igreja ou de um mosteiro numa única obra a que se chama cartulário: se encontrassem num lado qualquer apenas a menção dos anos de reinado dos papas, dos reis ou dos imperadores aposta na parte de baixo dos antigos documentos, acrescentavam os anos da incarnação ou mesmo da indicção para que a data de um dado documento fosse conhecida com mais exactidão. Neste caso, pecavam muitas vezes contra as regras da cronologia, mas não contra as leis da justiça. Semelhante prática constitui a interpolação por adjunção. Uma outra categoria procede de uma modificação trazida ao documento, quando uma palavra é traduzida por uma outra ou se encontra temerariamente retocada, o que acontece por vezes aos investigadores inexperientes que se julgam peritos, como os que liam *fevum* nos antigos documentos e lhe substituíam por acaso a palavra *feodum,* que ainda não se usava nestes tempos antigos. Finalmente, a interpolação provém sobretudo de um erro do escriba, ou insuficientemente prático na difícil leitura de um documento autêntico, ou vítima de um erro ocular, ou que salta uma linha, ou transcreve uma ou mais palavras para uma ou várias outras. E daí procedem as diferentes leituras dos documentos transmitidos de mão em mão; a sua diversidade não deve prejudicar a autoridade dos documentos autênticos. *(Traduzido do latim.)*

Quem quer que tenha a mínima experiência do trabalho de arquivos, e muito particularmente do estudo dos documentos medievais, pode apenas subscrever estas pertinentes observações. Não é uma regra de ouro da disciplina fazer guerra aos erros e às falsificações?

Digno contemporâneo de Mabillon, Le Nain de Tillemont (1637–1698), antigo aluno dos solitários de Port–Royal, publica em primeiro lugar a *História dos Imperadores... que reinaram durante os primeiros seis séculos da Igreja* (1691 e s.) e em seguida as *Memórias para servirem da História eclesiástica dos seis primeiros séculos, justificados pelas citações dos autores originais com uma cronologia onde se faz um resumo da história eclesiástica e com notas para esclarecer as dificuldades dos factos e da cronologia* (1693 e s.). Título longo, segundo o costume da época, mas quão significativo: não há história fiável sem materiais de boa qualidade, validados por um exame escrupuloso de que testemunha um aparato crítico nascente. O autor expõe em seguida, no prefácio, as grandes linhas da sua atitude. Longe de procurar o efeito literário, preconiza um estilo simples e não teme a abundância dos detalhes: «Como temos em vista fornecer memórias àqueles que quiseram empreender qualquer trabalho sobre este, foi bom reunir tudo o que se en-

contra nos autores, a fim de poderem julgar eles mesmos o que é a propósito dizer e calar.» Porque a obra não se destina a um amplo público, mas «àqueles que querem instruir-se das coisas a fundo, quer simplesmente para conhecerem a verdade e alimentarem-se dela, quer para comporem em seguida qualquer obra mais importante». A disposição deste livro destina-o aos eruditos: longe de ser uma narração contínua está dividido «por títulos onde só se vê uma coisa de cada vez», como a biografia de um santo, como o relato de uma perseguição, sem estabelecer ligação com os outros acontecimentos religiosos. Eis que anuncia uma certa história-gavetas que terá por missão estudar separadamente as diferentes categorias de factos, estando entendido que a cronologia deve reinar como senhora em cada uma das pequenas casas assim definidas. Le Nain de Tillemont não visa mais nada a não ser «representar a verdade simples do que se passou nos primeiros séculos e estabelecê-la tanto quanto for possível pelo testemunho dos autores mais antigos» (considerados como os mais seguros porque os mais próximos dos factos relatados). Em consequência, as fontes foram submetidas a uma triagem severa: a par das peças autênticas, Le Nain de Tillemont reteve algumas outras que apresentavam «um ar de antiguidade que faz presumir que pelo menos o fundo vem de peças originais», mas não lhes concede uma confiança sem reservas («teve-se o cuidado de distinguir estas das primeiras e de marcar quer no texto quer nas notas o juízo que se deve fazer»). Finalmente, trata sem respeito documentos mais tardios, oriundos de uma época «em que a verdade da história estava alterada por diversas tradições populares e muitas vezes por ficções inventadas propositadamente». Parece que a seu ver a qualidade principal do historiador reside numa certa arte de distinguir o verdadeiro do falso. É uma espécie de faro adquirido pela experiência. Como discernir, pergunta, as verdadeiras das falsas vidas dos santos? Ao ler as verdadeiras, «forma-se um gosto para discernir o que tem esse ar de antiguidade e de verdade do que cheira a fábula e à tradição popular». Aprende-se assim pouco a pouco a julgar «o que pode ter sido escrito num tempo e do que só pode ser muito distante». O historiador está em vias de se tornar um homem de ofício.

## 3. O progresso da erudição (final do século XVII e início do século XVIII)

Tendo este fenómeno sido muito bem estudado no plano institucional pelos autores precedentes (como Ehrard e Palmade nas pp. 38 e s.), contentar-nos-emos em assinalar as criações de academias e de bibliotecas, que permitem o nascimento de uma vida científica colectiva, e mencionar os trabalhos dos Jesuítas bolandistas especializados na publicação das vidas de santos *(Acta Sanctorum)*, os dos membros do Oratório (edição e revisão da recolha da *Gallia Christiana*) e sobretudo os dos beneditinos da Congregação de Saint-Maur. Fiéis ao ensinamento de Dom Mabillon, lançam-se em grandes iniciativas de edição de documentos antigos. Depois dos *Monumentos da Monarquia Francesa* (1729-1733) e a *Recolha dos Historiadores das Gálias e da França começado por Dom Bouquet* em 1738, sem esquecer *A arte de verificar as datas dos factos históricos, das cartas, das Crónicas, e outros antigos documentos, desde o Nascimento de Nosso Senhor* (primeira edição, 1750). Uma província como a Bretanha beneficia igualmente desta erudição beneditina, de que são testemunhos por exemplo as *Memórias para servirem de Provas à História da Bretanha,* (Paris, 1742) de Dom P.-H. Morice e *As Vidas dos santos da Bretanha* de Dom Alexis Lobineau, do convento de Saint-Melaine de Rennes (1666-1727). Fora dos claustros, a erudição oficial nasceu com a *Academia real das Inscrições e Belas Letras* (1663) que tem em primeiro lugar uma função precisa ao serviço do poder monárquico: «redigir as divisas das medalhas e as inscrições dos monumentos», para glória de Luís XIV. Em breve torna-se um viveiro de eruditos e começa a publicação de *Memórias* em 1717, assim como a da *Recolha dos Decretos dos Reis de França.* Todos estes trabalhos, por muito importantes que sejam para o nascimento da ciência histórica, são em geral pouco considerados pelos contemporâneos. Eis, a título de exemplo, como o presidente de Brosses conta uma visita que fez ao ilustre Muratori na sua biblioteca de Modena: «Encontrámos esse bom ancião com os seus quatro cabelos brancos e a cabeça calva, a trabalhar [...] nessa galeria glacial, no meio de um monte de antiguidades, de velharias italianas; porque não posso decidir-me a dar esse nome de antiguidade a tudo o que diz respeito a esses maus séculos de ignorância».

Compete-nos mais particularmente examinar os *processos* desta história erudita, que nos parecem anunciar por muitos traços as regras que a escola metódica imporá depois de 1876. Primeira característica: o culto das peças originais, cartas, decretos reais, bulas pontifícias, etc., assim como o dos selos e dos brasões, ligados uns e outros à obsessão de esclarecer as origens dos poderes e das instituições. Em segundo lugar, a preocupação de interpretar bem estes documentos exige a publicação de instrumentos de trabalho adaptados, como o glossário de latim medieval de Du Cange (1678), a *Paleografia grega* de Montfaucon ou o *Grande Dicionário histórico* de Moreri (vinte edições de 1674 a 1759). A partir de então, a operação histórica define-se antes de tudo como um trabalho sobre os textos, inspirando-se nos métodos da gramática e da exegese. Visa essencialmente, terceiro carácter marcante, edificar uma *cronologia exacta,* pelo confronto sistemático dos testemunhos. Reportemo-nos ao Prefácio da *Arte de verificar as datas* (p. 1):

> A importância desta Arte que ensina a fixar a ordem dos tempos e dos acontecimentos é tão geralmente reconhecida que é inútil salientar aqui as suas Vantagens. Ninguém ignora que a Cronologia e a Geografia são como os dois olhos da História que, guiada pelas suas luzes, põe nos relatos o arranjo e a clareza convenientes, e que sem elas o conjunto dos factos, cujo conhecimento chegou até nós, não passa de um caos tenebroso que sobrecarrega a memória sem esclarecer o espírito. Com efeito, quantos erros, pela privação destas duas ciências, se introduziram na história tanto eclesiástica como profana! São inúmeros. Mas graças aos trabalhos dos Cronologistas (deve dizer-se o mesmo dos Geógrafos) que há mais de um século se empenharam em ir buscar a

História às fontes, grande número desses erros foram corrigidos ou pelo menos reconhecidos. Contudo, foi necessário que as suas sábias e penosas investigações tenham dissipado todas as nuvens e aplanado todas as dificuldades. Deixaram em suspenso muitas questões espinhosas cuja solução depende menos da sagacidade do espírito que do auxílio da arte. É, portanto, prestar um serviço essencial à República das Letras estabelecer regras gerais e seguras para verificar as datas dos monumentos históricos, marcar as épocas dos acontecimentos e conciliar entre si, quando podem sê-lo, oa Autores que não estão de acordo uns com os outros, e por vezes também parecem não o estar consigo mesmos.

A missão está traçada para os historiadores futuros: julgarão a história acabada quando tiverem constituído cadeias de factos ininterruptos. Esta cronologia, é preciso ordená-la hierarquicamente, ligando-se em primeiro lugar às instituições e aos poderes mais eminentes para em seguida ter em conta os poderes de menos categoria. Em primeiro lugar, a série dos concílios que «dá as épocas dos triunfos que a igreja alcançou sobre as heresias, e as das mudanças que fez na sua disciplina». Em seguida, apenas «passa-se à história civil. Os Imperadores romanos abrem a cena... Do Oriente... passa-se ao Ocidente, de que se percorre, sucessivamente, em primeiro lugar todas as Monarquias, em seguida os Principados subalternos que delas dependem. A França é entre as Monarquias ocidentais o primeiro objecto que se aborda, e aquele sobre o qual nos detemos com mais complacência. O interesse que a pátria inspira não é o único motivo desta predilecção, e concordar-se-á que, posto de parte qualquer preconceito, não há nenhum Reino da Europa que mereça mais do que a França a atenção e a curiosidade do Leitor» (p. IV a VI). Uma tal disposição prefigura directamente a dos manuais de história dos acontecimentos dos anos 1880-1940; não lhe falta nada, nem sequer o chauvinismo nacional! Estas séries de factos, repartidas segundo quadros *a priori*, baseiam-se nas fontes mais seguras: «Na escolha dos autores, não nos deixámos levar nem pela prevenção, nem pela grande reputação que vários adquiriram justamente. Procurámos por todo o lado a verdade; e por todo o lado onde se julgou vê-la, tornou-se um dever indispensável segui-la» (p. IX). Servir a verdade, perseguir o erro, rejeitando qualquer preconceito e esclarecendo-se com a «chama da crítica», é esse o quarto traço principal da história erudita. É em nome da verdade que Dom Morice se mostra muito crítico a respeito do cronista Alain Bouchart no prefácio da *História eclesiástica e civil da Bretanha* (Paris, 1750): «O Autor admitiu as fábulas, que eram válidas no seu tempo... A respeito dos factos pode dizer-se que trata levianamente o que tem de verdadeiro e pára muito no que é falso» (p. VII). O nosso beneditino é o digno contemporâneo de Voltaire, que troça dos «disparates célebres de que os historiadores antigos regorgitam», e de Diderot, que sublinha: «Quem diz história, diz um narrado fiel, um relato exacto e sincero dos acontecimentos, apoiado no testemunho dos seus próprios olhos, em actos certos e indubitáveis, ou no relato de pessoas dignas de fé». É prática corrente, a partir de então, submeter os testemunhos a uma série de questões de bom senso, que constituem os primeiros elementos de um método histórico: «Quais são as testemunhas? O que valem? São instruídas? São contemporâneas dos factos relatados?» Aconselha-se a reter apenas o que é possível. A dúvida, até mesmo a suspeita, ganham e estendem-se, em particular no que diz respeito aos períodos recuados. Um memorial apresentado na Academia das Inscrições em 1723 adianta que «nada sabemos de seguro sobre Romulus» e das origens romanas em geral. A incerteza toca também a Idade Média e, mais amplamente, estende-se ao conjunto dos factos maravilhosos relatados pelos historiadores do passado. Mas acontece que esta actividade crítica pára a meio caminho. Assim, Dom Lobineau recusa determinados milagres atribuídos a São Sanson de Dol pelo seu biógrafo merovíngio («não nos devemos deter no que diz o autor... tem-se mesmo dificuldade em acreditar nele (o milagre) de uma horrível serpente que se diz que expulsou»), mas é para reconhecer outros que se situam no plano espiritual. Tomou apenas alguma distância em relação à lenda primitiva, sem a arruinar totalmente. Os historiadores do século XIX irão muito além no sentido da suspeita contra factos irracionais. Resta mencionar uma última particularidade da erudição dos tempos clássicos: consagram-se a maioria das vezes a trabalhos precisos, sem se «lançarem nos espaços infinitos e nos tempos ilimitados». Cultiva-se de bom grado a história nacional ou provincial, até mesmo a monografia, de que a *História de Carlos XII* de Voltaire constitui um bom exemplo. Esta tendência para os estudos parcelares expandir-se-á plenamente no século XIX em que a história se enraizará no solo nacional e na terra da aldeia.



## 4. Voltaire e o alargamento das perspectivas históricas

Voltaire (1694-1778) converteu-se progressivamente à história. A sua fama de poeta estava já solidamente estabelecida quando se lançou na *História de Carlos XII* (1731). Foi ao compor as suas grandes epopeias, *Édipo* (1718) e *La Henriade* (1723), que adquiriu o gosto pelo estudo do passado. Nisso apenas abraçava o movimento do seu tempo. No fim do reinado de Luís XIV, muitos tinham o sentimento de terem vivido uma grande época e queriam erguer quadros para a posteridade. As desgraças de 1709-1710, tanto mais dolorosamente sentidas quanto a França se tornara devido à centralização monárquica «um todo regular de que cada linha culmina no centro» (René Pomeau), apenas avivaram este sentimento. Para além destas razões conjunturais, atribuía-se uma atenção mais aguda à vida em sociedade e aos sistemas políticos. Participando deste entusiasmo, Voltaire aborda este campo de estudo novo para ele como literato e moralista. A história deve a seu ver estudar os motivos e as paixões que guiam as acções humanas. Deve apresentar heróis de alto relevo, como Carlos XII da Suécia, escolhido porque foi «excessivamente grande, infeliz e louco»; heróis afrontados, que possam dar lugar a belas antíteses, como a que se desenvolve entre o conquistador sueco e o czar Pedro *o Grande*, seu adversário em Poltava em 1709: «Carlos XII, ilustre por nove anos de Victórias; Pedro Alexiowitz por nove anos de penas tomadas para formar tropas iguais às tropas Suecas; um glo-

rioso por ter dado Estados, o outro por ter civilizado os seus... o monarca sueco liberal por grandeza de alma, o moscovita dando sempre apenas por alguma visão». O historiador deve ter a preocupação de agradar, escrevendo brevemente e sem encher o seu relato de detalhes inúteis. Claro que a sua informação deve ser sólida: «Compôs–se esta história sobre relatos de pessoas conhecidas, que passaram vários anos junto de Carlos XII e de Pedro *o Grande*, imperador da Moscóvia e que, tendo–se retirado para um país livre, muito tempo depois da morte destes príncipes, não tinham qualquer interesse em disfarçar a verdade». De facto, Voltaire documentou–se conscienciosamente; para além das obras históricas, consultou livros de geografia, mapas–mundo, o que não impede o seu quadro da Polónia de não passar de uma série de lugares comuns. Dentro desta massa de informações, operou uma triagem severa: «Entre os acontecimentos da sua vida, apenas se escolheram os mais interessantes. Estamos persuadidos de que a história de um príncipe não é tudo o que ele fez, mas o que fez digno de ser transmitido para a posteridade». É um prazer ler as réplicas de Voltaire às observações pouco suaves que M. de La Motraye fizera sobre a sua obra. Ao seu contraditor que lamenta não ver de modo algum relatar a história de prisioneiros russos libertados pelos Suecos depois de se lhes ter «cortado em dois sítios o cinto dos calções, que eram obrigados a segurar com as duas mãos», Voltaire responde de maneira áspera: «Resta saber se é um erro muito considerável ter omitido a aventura dos calções dos Moscovitas». Apesar de múltiplos cortes, o relato das guerras ocupa um lugar essencial na obra e o autor lamentá–lo–á alguns anos mais tarde: «Tenho vergonha de ter falado de tantos combates, de tantos males feitos aos homens... Teria feito melhor em evitar todos estes detalhes de combates dados entre os Sarmatas e entrar mais profundamente no detalhe do que o czar fez pelo bem da humanidade. Fiz mais caso de uma légua quadrada desbravada do que uma planície juncada de mortos».

É com o Século de Luís XIV, iniciado em 1732, quase terminado em 1739 e publicado em 1751 em Berlim, que Voltaire vai fazer jus aos factos de civilização, como anuncia na sua carta ao abade Dubos de 30 de Outubro de 1738, que é muito reveladora da génese da obra: «Não são de modo algum os anais do seu reinado; é antes a história do espírito humano, tirada do século mais glorioso ao espírito humano.» Resta que os acontecimentos diplomáticos e militares continuam a ocupar aí um lugar essencial. Voltaire indica ao correspondente a sequência dos capítulos da sua obra: há vinte para «os grandes conhecimentos», um para a vida privada de Luís XIV, dois para a «polícia» do reino, incluindo o comércio, dois para as questões eclesiásticas, cinco ou seis para a história das artes. Nessa mesma carta exprime–se uma grande preocupação de ir ao essencial e de o dizer com uma extrema concisão: «Tenho para vida privada de Luís XIV as *Memórias* de M. Dangeau, em quarenta volumes de que extraí quarenta páginas». Voltaire está à espera das confidências dos «velhos cortesãos, criados, grandes senhores, e outros»; procura ainda mais os documentos inéditos, como o *Memorial escrito pela mão de Luís XIV*, que desejaria poder consultar, como as Memórias dos intendentes onde vai buscar informações sobre o *interior do reino*. Concebe a sua obra sobre o modo de uma série de quadros, com o risco de não respeitar sempre os encadeamentos cronológicos e de apresentar por vezes o efeito antes da causa. Nisto apenas se inclina perante as regras clássicas da «pintura de história». Procura um certo efeito de perspectiva no conjunto do livro (no primeiro plano, o tumulto das guerras, no segundo, os esplendores da Corte, ao fundo, as querelas religiosas) e em cada um dos seus quadros em particular: «Os principais personagens estão à frente da tela; a multidão está no fundo». Pintor, é também dramaturgo, comparando a história ao desenrolar de uma intriga. Exposição, nó e desenlace sucedem–se na primeira parte do *Século;* e já a *História de Carlos XII* estava ordenada sobre o modo de uma tragédia em cinco actos. Voltaire mantém sabiamente o *suspense:* «O meu segredo é forçar o leitor a dizer a si mesmo... A Holanda será destruída? Luís XIV sucumbirá?» Tudo isto não estava despido de segundos pensamentos interesseiros: tratava–se de adquirir a consideração do Estado ao compor grandes quadros históricos e fazendo a crónica dos factos contemporâneos. Voltaire viu ser–lhe efectivamente confiada em 1745 a função de historiógrafo do rei, mas por pouco tempo.



Foi ao lançar os fundamentos de uma história universal, dita *Ensaio sobre os Costumes e o Espírito das Nações,* elaborada em 1740 a 1756, que Voltaire exprimiu mais claramente a sua ambição de renovar o género histórico. As *Novas considerações sobre a História* (1744) abrem–se com efeito sobre uma verdadeira profissão de fé, onde alguns viram o primeiro manifesto da história total. A história não é um género imutável, diz–nos Voltaire de imediato. A maneira de a conceber está ligada ao movimento científico geral. O despertar do sentido crítico está em vias de arruinar um certo número de lendas tenazes. O maravilhoso medieval, portanto cristão, não é mais poupado do que a mitologia antiga neste amplo empreendimento de desmistificação. Deve também atacar a história moderna, entendamos contemporânea. Malditos os intermináveis relatos de batalhas e de festas, malditos os mexericos da corte que enchem tantas obras, lugar aos factos ricos de ensinamentos e aos «conhecimentos de uma utilidade mais sensível e mais durável»! Então a quê ligar–se para edificar «a história dos homens» e não a «dos reis e das cortes»? É preciso tentar avaliar as vantagens e as desvantagens das guerras e das conquistas coloniais. Deve sobretudo lançar–se as bases de uma ciência demográfica, para cortar um debate que agita muito os espíritos: é verdade que a terra se despovoa, como defende Montesquieu nas *Cartas Persas?* Depois de ter adiantado inúmeras provas do contrário, Voltaire denuncia o carácter passeísta e moralizante da tese do despovoamento. Espera a confirmação dos seus pontos de vista dos primeiros balbúcios da demografia, e em particular da aplicação da regra do Holandês Kersseboom (1691–1771), segundo o qual basta multiplicar o número dos nascimentos por trinta e quatro para obter o número total da população. Com os anos, os critérios requintam–se. Cerca de 1760, o abade Expilly acha que se deve multiplicar o número anual médio dos nascimentos por vinte e cinco para conhecer o número dos habitantes. Em Anjou, os intendentes fixam o coeficiente de 23 2/3 que, segundo um especialista contemporâneo, permite obter uma primeira aproximação possível. Voltaire formula em seguida outras exigências. A primeira continua a ser prisioneira das categorias antigas da história–tribunal: «Procurará qual foi o vício radical e a virtude dominante de uma nação.» A segunda é muito nova, dado que pressente a necessidade de atingir um «pe-

so global» da riqueza comercial e industrial de cada país, utilizando fontes até aí inexploradas como o registo das exportações. Define finalmente o grande objecto da história futura, ou seja «as mudanças nos costumes e nas leis». Este objecto deslocou–se notavelmente desde Bossuet, porque não se trata já de evocar as acções dos grandes homens nem os grandes *golpes* da Providência, mas os elementos reguladores da sociedade civil no seu conjunto. A história deve a partir daí abrir–se a tudo o que é humano, e portanto à diversidade das civilizações. Algures, em *Ensaio sobre os Costumes e o Espírito das Nações,* Voltaire denuncia o judeo–centrismo de Bossuet («parece ter escrito unicamente para insinuar que tudo foi feito no mundo para a nação judia») e criticar–lhe ter «esquecido inteiramente os antigos povos do oriente como os Indianos e os Chineses que foram tão consideráveis antes de as outras nações serem formadas». É preciso conciliar, diz na mesma obra, o conhecimento da natureza humana que «se parece de uma ponta do universo à outra» e a diversidade dos costumes, porque «a cultura produz frutos diversos». São estas as vias que permitem «escrever a história moderna como autêntico político e como autêntico filósofo». Entendamos que o conhecimento do homem e da administração da cidade têm aí com que ganhar.

Exposto o programa, na sua radical novidade, surge a inevitável pergunta: que é feito da prática de Voltaire historiador? Foi fiel aos princípios que precisava? Quem contestaria a sua preocupação de desmistificar os contemporâneos sobre um certo número de lendas piedosamente mantidas? Não arruinou, por exemplo, a versão heróica da passagem do Reno pelos exércitos de Luís XIV que Boileau e Bossuet tinham forjado? Não procedeu a pacientes investigações documentais, seguindo nisso a regra cartesiana das «enumerações inteiras»? Não teve, no grau supremo, a arte de associar o relato e os conhecimentos úteis? Fica perto dos factos, como se viu, ao procurar sempre o detalhe significativo. Continua a sacrificar amplamente à crónica militar e diplomática: na *História do Império da Rússia sob Pedro O Grande* (1759), metade do desenvolvimento é ainda consagrado às guerras do czar; no *Resumo do Século de Luís XV,* apenas a conclusão evoca «os progressos do espírito humano». Mas Voltaire abriu uma via de futuro ao interessar–se pelos problemas demográficos e económicos. Por muito limitados que nos pareçam as suas informações sobre o comércio e a indústria, nem por isso eram mais completas do que as da maioria dos contemporâneos. Eis como saúda a obra realizada por Colbert: Desde o ano 1663 até 1672, cada ano deste ministério foi marcado pelo estabelecimento de qualquer manufactura. Os tecidos finos, que vinham outrora de Inglaterra, da Holanda, foram fabricados em Abbeville. O rei adiantava aos manufactureiros duas mil libras por cada tear em funcionamento, para além de gratificações consideráveis. Contam–se, no ano de 1669, quarenta e quatro mil teares de lã no reino. As manufacturas de sedas aperfeiçoadas produziram um comércio de mais de cinquenta milhões desse tempo... As tapeçarias da Flandres cederam às dos Gobelins. O grande recinto dos Gobelins estava então cheio com mais de oitocentos operários; havia trezentos que se alojavam aí... Mil e seiscentas raparigas foram ocupadas nas obras de renda: mandaram–se vir trinta principais operárias de Veneza, e duzentas da Flandres; e deu–se–lhes trinta e seis mil libras para as encorajar» (*O Século de Luís XIV,* cap. XXIX). Primeiros e tímidos inícios na *história numerada!* Resta uma regra de ouro da história crítica que Voltaire manteve mais dificilmente: é preciso «despojar todo o espírito de preconceito». Abramos a história da Rússia acima citada. Os juízos *a priori* dos filósofo das Luzes manifestam–se aí: não passam de monges ignorantes e ociosos, religiosos estéreis, obrigações religiosas que entravam a actividade produtiva, como o jejum da Quaresma. Voltaire soube pelo menos ser plenamente livre a respeito dos grandes deste mundo que acompanhava, que o protegiam e por vezes o vigiavam? De facto, escreveu como homem livre que sabia fazer concessões. Assim aceitou submeter ao visto da censura a sua história da Rússia, que calava determinados episódios perturbados do reinado de Pedro *o Grande.* Explicou–se cinicamente: «Deram–me belas peliças, e sou muito friorento».



Da obra de Voltaire salienta–se uma filosofia da história que por vezes se inscreve contra os princípios professados. Passa–se isto com o tema das «surpresas da história», do acontecimento que desmente as previsões num domínio em que «o possível nem sempre acontece» e onde todas as alterações são possíveis. Há sempre uma parte de contingência no devir humano, e os imponderáveis podem ter aí grandes consequências. Daí uma tendência marcada para valorizar o facto banal. Maneira de atacar a crença num sentido de história fixado por Deus para toda a eternidade e de arruinar deste modo o providencialismo à moda de Bossuet. Tanto quanto aos pequenos acasos, Voltaire atribuiu uma importância essencial aos grandes homens. As quatro épocas principais que distingue na história humana têm por emblemas grandes soberanos: a Grécia de Filipe e Alexandre, Roma sob César e Augusto, a Florença dos Médicis e a França de Luís XIV. A acção de indivíduos excepcionais pode com efeito desencadear grandes alterações. Na primeira fila destes heróis, Pedro *o Grande* que tira a Rússia da barbárie como faz surgir Petersburgo dos pântanos do Neva, que desenvolve a civilidade entre os súbditos, que impõe impostos aos fatos compridos e ao uso da barba, e, por meio desta reforma de vestuário, torna os súbditos mais aptos a acolherem as Luzes. Em França, de igual modo, «tudo é selvagem» até Luís XIV que aí difunde «a honestidade», sob a forma de disciplina social imposta a todos. Neste sentido, Voltaire continua muito próximo da concepção herdada dos «humanistas» segundo a qual as sociedades são modeladas pelos seus guias. Agentes de uma cultura uniformizante, forjam as acções «forçando a natureza». Quem negaria as virtudes reaccionárias desta filosofia política que prega de bom grado o uso da pressão (por déspotas esclarecidos, é certo), e que para mais se acomoda às desigualdades sociais baseando–as na ordem natural: «O operário deve ser reduzido ao necessário para trabalhar: é esta a natureza do homem. É preciso que esse grande número de homens seja pobre.» Apesar disto, Voltaire foi, antes de tudo, considerado pelos contemporâneos como inimigo do passado, como aquele que louvava o progresso de uma cidade melhor.

A sua posteridade historiográfica parece–nos ter sido dupla. Pela sua sagacidade crítica, pela sua desconfiança em relação aos fenómenos irracionais, pela sua exigência de clareza e de concisão, assim como pela sua preocupação de uma composição ordenada e equilibrada, parece–nos anunciar determinados mestres da história historizante do final do século XIX. Só a

valorização de um facto banal encontra um eco entre estes últimos, como Charles Seignobos que afirma que uma parte importante dos acontecimentos «resulta de acidentes devidos ao acaso». Em contrapartida, os princípios enunciados pelo pai putativo da história total encontraram um amplo eco na primeira metade do século XIX. Em Guizot, em primeiro lugar, no início do seu *Curso de história moderna* em 1828: «Não parece, com efeito, Meus Senhores, que o facto de a civilização ser o facto por excelência, o facto geral e definitivo em que todos os outros vêm culminar, em que se resumem? Vejam todos os factos de que se compõe a história de um povo, que se está habituado a considerar como os elementos da sua vida; vejam as suas instituições, comércio, indústria, guerras, todos os detalhes do seu governo: quando se quer considerar estes factos no seu conjunto, na sua ligação, quando se querem apreciar, julgá-los, o que se lhes pergunta? Pergunta-se-lhes em que contribuíram para a civilização deste povo, que papel desempenharam, que parte aí tomaram, que influência aí exerceram...» Em seguida em Chateaubriand, no prefácio dos seus *Estudos Históricos* (1831); «Muitas vezes o historiador não passava de um viajante que contava o que vira... Agora, a história é uma enciclopédia; é preciso entrar nela tudo, desde a astronomia até à química, desde a arte do financeiro até à do fabricante, desde o conhecimento do pintor, do escultor e do arquitecto até ao do economista, desde o estudo das leis eclesiásticas, civis e criminais, até ao das leis políticas». Finalmente, Michelet gostava de saudar «O nosso mestre Voltaire», sem partilhar o seu «materialismo». O *Ensaio sobre os Costumes* parecia-lhe ter aberto a fase conquistadora da história.

## 5. **As premissas da instituição histórica (anos 1800-1870)**

Os historiadores da primeira metade do século XIX, quer fossem românticos ou liberais, foram muito severamente julgados por Gabriel Monod aquando do lançamento de *A Revista Histórica* em 1876. Entre as razões da inferioridade da produção francesa em relação à alemã, invocava «o génio da nação», mas sobretudo a ausência de tradições científicas. «Ganhámos aí talvez em originalidade, pelo menos sob o ponto de vista da forma literária; perdemos aí sob o ponto de vista da utilidade científica dos trabalhos dos nossos historiadores.» E denunciava em seguida os efeitos nefastos das paixões políticas e religiosas, assim como o pecado muito difundido de proceder a «generalizações precipitadas». Estas reticências são muito compreensíveis. Um bom conhecedor da história romântica diz-nos que esta parece marcar sob determinados aspectos um recuo do espírito crítico. «Entre o romance e o drama, a história hesita sobre a sua via própria» (P. Moreau). Atribui-se um gosto um pouco suspeito da cor local: «Se é permitido ser minucioso, é em tudo o que diz respeito à verdade de cor local que deve ser própria da história» (Augustin Thierry). Cultiva-se o quadro de género em vez da reconstituição verídica. A admiração pela Idade Média em breve cai em excessos do estilo



Viollet-le-Duc. Resta todavia que a actividade erudita voltou a arrancar a seguir à Revolução, entre os beneditinos de Solesmes que reatam com as tradições dos mauristas, na Academia das Inscrições onde se retomam as colecções interrompidas, e também na Escola das Cartas[1] fundada em 1821. Esta «efervescência de história» amplifica-se sob a monarquia de Julho: «A sociedade de história de França começa os seus trabalhos; a escola arqueológica de Atenas organiza-se em 1846; a província trabalha nas suas sociedades sábias, nas suas academias.» Luís-Filipe é um apaixonado da arqueologia, Guizot dirige a publicação dos documentos da história de França enquanto Mérimée exerce, a partir de 1833, as funções de inspector geral dos monumentos históricos. Inicia uma prospecção metódica nas províncias francesas, cujos resultados consigna nas suas notas de viagem (1835-1840). Todos estes trabalhos contribuem para fazer jus, a par dos impulsos da imaginação, às virtudes tradicionais do historiador como a preocupação escrupulosa de exactidão e a prudência no julgamento. Segundo Pierre Moreau, o próprio Augustin Thierry «não adianta nenhuma interpretação dos factos sem a corrigir pela interpretação próxima ou inversa.» Esta «oscilação hesitante» que descobre no autor dos *Tempos Merovíngios* não anuncia as «prudências vacilantes» da escola positivista? Na paz das bibliotecas e dos depósitos de arquivos, laboriosos eruditos reúnem os materiais das sínteses futuras, como esse Guigniaut que Jules Simon classifica de «sábio para desespero dos Alemães»: «Sabia tudo o que não precisávamos de saber, e era também isso que nos ensinava...» A sua opinião sobre a existência de Homero «estava envolta em tantos parenteses, em notas marginais e em notas de fim de página, que renunciámos a esclarecê-la». Trata-se de uma acusação mas comporta a sua parte de verdade. Duas escolas diferenciam-se nitidamente depois de 1830, incarnadas por Sainte-Beuve e Michelet: «Um caminho à beira do rio, com um guarda-chuva na mão, um microscópio na outra. Michelet viaja de balão, com um binóculo: não se podem encontrar.» A escola do microscópio vê aumentarem notavelmente as fileiras dos seus adeptos entre 1830 e 1870, pela multiplicação das sociedades sábias.

CRIAÇÕES NO CONJUNTO DA FRANÇA

| | 1830-1849 | 1850-1870 |
|---|---|---|
| Sociedades históricas e arqueológicas | 23 | 17 |
| Sociedades com curiosidades múltiplas | 25 | 28 |

[1] Escola instituída para se aprender a ler e interpretar cartas, diplomas e, em geral, para estudar títulos, instituições e usos da Idade Média. *(N. da T.)*

Academias, sociedades históricas e sociedades dos antiquários proliferam a partir de 1830, muito particularmente em redor de Paris, Toulouse, Caen e Poitiers. Umas são estritamente históricas e arqueológicas, as outras gabam-se de curiosidades múltiplas, como as sociedades polimáticas e as sociedades de emulação. Mas, também entre estas últimas, a parte dos trabalhos históricos aumenta. Pôde fazer-se em curva o desenvolvimento da história no departamento do Marne depois de 1860, acompanhado de um declínio correlativo da agronomia e das ciências. De dezanove sociedades activas nos anos 1840–1870 há treze em que a história é o género mais praticado. Em primeiro lugar, um quarto e depois um terço dos trabalhos dependem dele. Na falta de poder avaliar a produção de todos os cenáculos dispersos através da França, Ch. O. Carbonell procurou apreciar a importância respectiva dos diferentes domínios da história através de 1884 títulos publicados entre 1870 e 1874. Pode parecer interessante fazer o ponto antes do nascimento daquilo a que se chamou a *escola metódica dos historiadores profissionais,* em redor de *A Revista histórica,* criada em 1876. A história religiosa goza de uma preeminência muito afirmada, dado que cobre um quinto da produção, até mesmo um quarto se se tiverem em conta as monografias e as edições de textos. Um historiador em seis é padre ou religioso. Esta produção depende mais da hagiografia do que da história: no melhor atribuem algumas veleidades científicas, mas dá-se provas mais frequentemente e uma «credulidade metódica» em relação às fontes. Um outro sector importante da produção histórica é constituído pelas edições de textos (250 obras no total), quer se trate de cartulários, de livros de contas, de crónicas ou de memórias. Muitos livros surgem «acompanhados de documentos inéditos, apoiados em peças justificativas», em sinal de um autêntico culto das fontes escritas. Apesar do inegável valor destas publicações, passa-se numa trintena de anos da edição passiva para a edição crítica, como é disso testemunha o lugar crescente das notas de rodapé. As monografias locais conhecem igualmente uma grande voga: publicam-se 400 entre 1870 e 1875; em geral, a sua amplitude é em função do número de habitantes da cidade ou do burgo estudado (de 16 páginas para uma aldeia de 171 habitantes para 925 para Paris, casos extremos!). Estas obras são frequentemente muito heteroclitas, autênticas casas de arrumação documentais, cheias de factos banais, esquecidos da demografia e da economia, tudo para glória dos heróis epónimos da cidade. A avaliar pelo abade Goudé, por exemplo, Chateaubriand «desde o nascimento não tinha outra vida se não aquela que lhe vinha dos barões». Quanto à arqueologia e à história da arte, cobrem um décimo da produção, ou seja cerca de 180 brochuras e obras de que nove décimos são consagrados ao sacrossanto território nacional, com uma preferência muito marcada pelos documentos religiosos da Idade Média. A ausência de um método uniforme faz-se sentir nestes trabalhos, dado que os impulsos líricos e as considerações esotéricas mais descabeladas aproximam-se aí das análises pseudo-sabedoras com forte dose de basófia terminológica («os duplos arcos em retiros de ogivas», etc.) e com aborrecidas enumerações devidas a espíritos escrupulosos. Um último carácter da historiografia francesa dos anos 1870 merece ser sublinhado: o pequeníssimo número de obras consagradas a países que não sejam a França. Publicam-se apenas 5 histórias universais, 41 estudos sobre a Europa e 9 sobre as colónias, contra 168 consagradas à história nacional! Um europocentrismo exagerado manifesta-se aí. Para testemunho, este juízo emitido por Riancey numa *História do Mundo* cujas perspectivas são de facto mais estreitas do que as do *Ensaio sobre os Costumes:* «a tirania muçulmana» encontra «o seu princípio na cobardia e no sensualismo incurável dos homens degenerados que habitam estas regiões». Se se acrescentar a esta miopia muito francesa e a esta auto-satisfação do homem ocidental a grande miséria que afecta a filosofia da história, deve reconhecer-se que o quadro é pouco lisonjeiro. Fixar-se-ão sobretudo determinados pesos: a atracção exercida pelos problemas de importância local, o domínio persistente da Igreja sobre a historiografia e, mais amplamente, o monopólio quase total da história pelas classes dominantes. Contudo, apesar de todas estas fraquezas, constitui-se um meio portador para investigações aprofundadas (edições de documentos, revistas, colóquios, etc.). A instituição histórica francesa dos anos 1870–1875 mantém algumas missões no exterior, mas apoia-se antes de tudo em cerca de 500 «monógrafos e arqueólogos locais que, como a máquina de Wells, remontam o tempo sem nunca mudarem de lugar» (Ch. O. Carbonell).



Resta perguntarmos em que medida este meio ainda estreito dos historiadores franceses, em que se faz sentir a necessidade de um «discurso de método», sofre a influência dos três veneráveis patriarcas que são Taine, Renan e Fustel de Coulanges. Ainda um mito, diz-nos Ch. O. Charbonell com a sua vivacidade habitual! Estes três grandes personagens dos anos 1860–1870 são de facto muito pouco representativos, muito pouco «mestres escola», diz-nos. As suas obras principais, a *História da literatura inglesa* (1863), *A Cidade Antiga* (1863) e a *Vida de Jesus* (1864) foram lidas, mas não influenciaram particularmente a corporação historiadora. Taine louvou uma história experimental e quis ser o Claude Bernard da ciência histórica no prefácio dos *Ensaios de crítica e de história* (1866). O método em quatro etapas que preconizou não deixa de anunciar a atitude que recomendaram Langlois e Seignobos em 1898: *a)* a análise que consiste em procurar os factos e em isolá-los; *b)* a classificação dos factos, considerando cada classe de factos à parte (religião, arte, filosofia, indústria, comércio, agricultura, etc.); *c)* a definição dos factos, sob a forma de uma «fase abreviativa» resumindo a operação consumada; *d)* o estudo das dependências entre as diferentes definições, assim como entre «um preceito de versificação em Boileau, uma lei de Colbert sobre as hipotecas, uma sentença de Bossuet sobre a realeza de Deus», para ver em que medida formam sistema. Em contrapartida, outras ideias-mestras de Taine encontram menos eco entre os historiadores de profissão, como a afirmação segundo a qual leis, que a razão descobrirá progressivamente, governam os homens. São as leis da natureza que se aplicam igualmente à história. Por isso, tudo é conhecível sobre o mesmo modo: «Os naturalistas provaram... Por um método semelhante, os historiadores...» Explicar a génese de uma obra literária pela raça, o meio e o momento é, para tudo dizer, apenas um problema de mecânica, com a diferença de que a medida das grandezas não pode ter a mesma precisão do que em física. Mais do que qualquer outro, Taine incarna a ambição cientista: «Creio tudo possível à inteligência humana. Creio que com estes dados suficientes, aqueles que poderão forne-

cer os instrumentos aperfeiçoados e a observação perseguida, poder-se-á tudo saber do homem e da vida.» Os problemas mentais dependem eles mesmos de um tratamento científico: «O vício e a virtude são produtos como o vitríolo e o açúcar.» Não parece que muitos historiadores contemporâneos, ligados ao primado do psicológico, tenham partilhado *este reducionismo* intrépido. Renan proclamara igualmente muito alto a sua fé no *Futuro da Ciência* (1848) e numa ciência exacta das coisas do espírito. Não é certo que a *Vida de Jesus* seja perfeitamente conforme a este programa. No prefácio desta obra, redigido em 1867, o autor reconhece que não se limita aos conhecimentos solidamente estabelecidos. A apenas avançar, afirma, «coisas certas, seria preciso limitar-se a algumas linhas». Mais tarde, nas colunas de *A Revista histórica,* não deixaram de lhe censurar, ao mesmo tempo que o admiram, a sua «predilecção pelas épocas meias conhecidas por documentos de proveniência duvidosa, cuja erudição e crítica não bastam para reconstituir a verdadeira imagem». Em contrapartida, o cepticismo que o conquista no fim da vida e o leva a só ver na história «uma pobre pequena ciência conjectural» parece-nos anunciar a prudência resignada da geração seguinte.

Quanto a Fustel de Coulanges (1830-1889), sempre considerou com reserva as ambições cientistas: «A história não resolve as questões: ensina-nos a examiná-las.» Dado o carácter medido, «tucidideano» das suas afirmações, não teria, ele, inspirado uma escola? Ch. O. Carbonell responde de novo pela negativa: *A Cidade Antiga,* onde prevalece o espírito de sistema, é um caso único em anos em que as monografias pululam. Fustel é sobretudo considerado como um professor de moral cívica, que denuncia as querelas de escolas entre historiadores franceses, ao passo que a erudição alemã «armou a Alemanha para a conquista». É preciso, parece-nos, ponderar esta apreciação de Ch. O. Carbonell. Fustel de Coulanges parece-nos ter de maneira notável contribuído para fixar os procedimentos da história erudita. Em primeiro lugar pelo facto de considerar o passado como um objecto separado do historiador, que pode ser observado com «um olhar mais calmo e mais seguro» do que o presente, o que permite distinguir mais facilmente a ilusão da verdade. E também por prudências repetidas contra os impulsos da imaginação e os entusiasmos da subjectividade: «A história é uma ciência; não imagina; apenas vê; ou ainda: exige «um espírito absolutamente independente e livre sobretudo a respeito de si mesmo». Finalmente, pelo enunciado da regra de ouro segundo a qual a história deve basear-se essencialmente na crítica dos documentos escritos. Este credo que praticou durante trinta e cinco anos, apesar da hostilidade dos espíritos sistemáticos e dos semi-eruditos, expõe-no uma última vez, um ano antes da sua morte, no primeiro capítulo de *A Monarquia Franca* (1888). Fora dos documentos escritos, não há salvação: «Leis, cartas, fórmulas, crónicas e histórias, é preciso ter lido todas estas categorias de documentos sem ter omitido uma única. Porque nenhuma delas, considerada isoladamente, dá uma ideia exacta da sociedade. Completam-se ou rectificam-se uma à outra.» O historiador só deve pensar segundo os documentos e escrever sob o seu ditame: «A sua única habilidade consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e nada acrescentar do que não contêm. O melhor dos historiadores é aquele que está mais perto dos textos, que os interpreta com mais justeza, que só escre-



ve e mesmo pensa segundo eles.» Abramos *A Cidade Antiga,* obra da maturidade. De imediato choca a perspectiva sistemática: «Propomo-nos mostrar aqui segundo que princípios e por que regras a sociedade grega e a sociedade romana se governaram.» Longe de nos infligir laboriosas análises antes de nos dar a provar as alegrias da síntese, o autor começa por expor com toda a clareza a sua ideia mestra: «A História da Grécia e de Roma é um testemunho e um exemplo da estreita relação que sempre existiu entre as ideias da inteligência humana e o estado social de um povo. Vejam as instituições dos antigos sem pensarem nas suas convicções, encontrá-las-ão obscuras, estranhas, inexplicáveis... Mas a respeito destas instituições e destas leis, coloquem as crenças; os factos tornar-se-ão imediatamente mais claros, e a sua explicação apresentar-se-á por si só.» Eis enunciada uma lei da história, segundo a qual o facto religioso explica o facto social. Daí o interesse de conhecer as mais velhas crenças. Na ausência de textos sagrados («mas onde estão os hinos dos antigos Helenos?»), é possível descobrir vestígios dos cultos antigos entre os Gregos do tempo de Péricles e entre os Romanos do tempo de Cícero. Com a perspicácia de um etnólogo, o autor examina a discordância entre os ritos, muito arcaicos, e as crenças, mais recentes, do cidadão romano do primeiro século antes de Cristo: «Vejam de perto os ritos que ele observa ou as fórmulas que recita, e descobrir-se-á a marca daquilo em que os homens acreditavam quinze ou vinte séculos antes dele.» Dado que a religião foi portanto o princípio constitutivo da família antiga, e em seguida da cidade, o casamento foi a sua cerimónia por excelência. Para a jovem, trata-se de abandonar o lar paterno para adoptar uma outra religião doméstica. Em páginas límpidas, Fustel de Coulanges descreve o casamento romano. Longe de se satisfazer com a análise minuciosa do ritual, sempre conduzida apoiando-se em textos e sem recorrer à documentação figurada, interroga-se sobre o sentido destas práticas. Raciocina muito amplamente em função da possibilidade. Assim, quando pergunta porque é que o marido «rapta» a mulher para a fazer entrar na nova morada: «Porquê este rito? É um símbolo do pudor da jovem? Isso é pouco provável... Não se pretenderá antes marcar fortemente que a mulher que vai sacrificar a este lar não tem nele qualquer direito por si só, que não se aproxima dele pelo efeito da sua vontade, e que é preciso que o dono do lugar e do deus a introduza aí por um acto da sua força?» Os raciocínios do historiador esforçam-se por encher os vazios da documentação. Não se contenta em escrever sob o ditame das fontes. Decididamente, Fustel de Coulanges tem repugnância em se deixar encerrar nas regras prudentes que enunciou, contrariamente a Voltaire cujas obras históricas nem sempre correspondiam ao programa ambicioso que traçara para a disciplina.

## DOCUMENTOS

1. Uma visão estereotipada da história na primeira metade do século XVII. Desmarets de Saint-Sortin (1595-1676) apresenta assim nos seus *Jogos históricos dos reis de França, rainhas reputadas,* alguns dos soberanos que fizeram a França:

*«Nem bons nem maus*

26 Carlos o Calvo Imperador. Fez guerras sem razão.
27 Luís o Gago Imperador. Só reinou dois anos e deixou a mulher grávida de Carlos O Simples.
60 Francisco II. Morreu muito jovem.

*Cruéis*

6 Childebert cruel e avaro.
7 Clotaire matou com as suas mãos os sobrinhos.
8 Cherebert.
8 Chilpéric. Estrangulou a mulher.
14 Childéric II. Mandou chicotear um gentil-homem que o matou.»

(Citado, com ilustrações, em *L'Histoire Générale de l'Enseignement et de l'Education en France,* tomo II, *De Gutenberg aux Lumières,* por F. Lebrun, M. Venard e J. Quéniart, Paris, 1981, p. 520).

II. Le Nain de Tillemont. *Memórias para servirem à história eclesiástica dos seis primeiros séculos, Notas sobre Santa Ireneia,* edição de 1701, p. 620--621.

NOTA II. *Que Santa Ireneia só foi feita Bispo depois da morte de S. Pothin.*

O P.e Halloix parece inclinar-se para acreditar que S. Pothin, vários anos antes da sua morte, ordenara S. Ireneia bispo para o assistir na velhice e suceder-lhe. É avançar uma coisa contrária à ordem comum da Igreja, sem nenhum fundamento positivo, todas as razões nas quais se apoia não sendo, como ele mesmo confessa, se não probabilidades e conveniências que se podem chamar imaginárias. E tem contra si a expressão de Eusébio e de S. Jerónimo, que dizem que S. Ireneia recebeu o episcopado de Lião depois da morte de S. Pothin. Mas tem mesmo contra si a dos Mártires de Lião que, escrevendo ao papa Eleutério imediatamente antes da morte de S. Pothin ou talvez quando já estava morto, dizem que a qualidade que S. Ireneia tinha era a de padre; daí Eusébio concluiu que era já padre de Lião, sem se dar ao trabalho do facto de se dizer que a palavra padre é por vezes tomada por bispo.

NOTA III. *Se Santa Ireneia era o único bispo das Gálias.*

O facto de Eusébio dizer que Santa Ireneia governava as Igrejas das Gálias... dá seguramente alguma hipótese à crença do P.e Quesnel, ou seja, que



na altura era o único bispo das Gálias: e este padre observa ainda que Eusébio, depois de ter dito que a questão da Páscoa fora julgada pelos bispos do Pont, acrescenta imediatamente e pelas Igrejas das Gálias, mudando a palavra Bispos para Igrejas. É ainda favorecido pela vida de S. Saturnino, que diz que quando este santo veio a Toulouse cerca do ano 250, ainda só havia poucas Igrejas nas Gálias. Pode opor-se a isto o que diz Eusébio, que os Evangelistas depois de terem anunciado a lei num país, punham lá imediatamente pastores; o que no uso dos antigos apenas marca os chefes de Igrejas, ou seja, os bispos. Ora, vê-se pela história que desde o tempo de Saint Pothin havia Cristãos em Viena e em Autun, e Eusébio, como acabamos de ver, reconhece várias Igrejas nas Gálias do tempo de S. Ireneia.